

N. 11 MAI 2018

retratos

A REVISTA DO IBGE

todos somos
iguais?
o que dizem as estatísticas

ODS 10: O DESAFIO DE
VENCER AS DESIGUALDADES

O DESALENTO DE QUEM NÃO
ENCONTROU TRABALHO

CAFÉ: AQUI SE FAZ,
AQUI SE BEBE



IBGE educa

As informações do Brasil na sala de aula

educa.ibge.gov.br

O IBGEeduca é o portal do IBGE destinado à educação. São três sites voltados para crianças, jovens e professores com informações produzidas pelo IBGE em formatos e linguagens adequados a cada um dos públicos. São dados atualizados sobre o território e a população do Brasil produzidos por uma fonte oficial e confiável: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Professores



Jovens



Crianças



/ibgecomunica /ibgeoficial /ibgeoficial /ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



editorial

AS METAS DO ODS 10 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) apontam para políticas de distribuição de renda, leis adequadas e não discriminatórias e proteção salarial. Por isso, além de ser tema da entrevista da série sobre os ODS, a questão da desigualdade é o pano de fundo de outras reportagens desta edição.

Falar de cor ou raça, por exemplo, leva a pensar no quanto o Brasil é um país desigual, onde as relações sociais ainda são marcadas por diversos preconceitos. Mostra disso são as estatísticas de cor ou raça produzidas pelo IBGE, as quais revelam que os brancos, em relação aos pretos e pardos, têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior. Assim, apesar de nem sempre ser fácil responder à pergunta “qual é sua cor ou raça?”, é fundamental entender a importância da questão para a elaboração de políticas públicas.

O mercado de trabalho é outro campo no qual se percebem as consequências da desigualdade, ao ponto de parcelas da população desistirem de buscar emprego após inúmeras tentativas fracassadas de conseguir uma ocupação. É a chamada população desalentada que, no 4º trimestre de 2017, chegava a 4,3 milhões de pessoas no país.

Além de problemas a serem resolvidos, o país também tem suas riquezas. Um brasileiro contou para a Retratos suas aventuras ao atravessar o território nacional, tendo os quatro pontos extremos do Brasil como locais de partida ou de chegada.

Para terminar, que tal um cafezinho? A matéria sobre essa bebida tão apreciada pelos brasileiros traz informações sobre sua produção e consumo, além de curiosidades sobre seu preparo. Boa leitura!

Equipe da redação

expediente

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Avenida Franklin Roosevelt, 166 sala 900 A - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20021-120



Presidente
Roberto Olinto Ramos

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

Diretoria de Pesquisas
Cláudio Crespo

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant' Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL
Coordenação de Comunicação Social
Diana Paula de Souza

Editor
Marcelo Benedicto

Editora assistente
Marília Loschi

Editora de arte
Simone Mello

Editora de fotografia
Licia Rubinstein

Projeto gráfico
Helga Szpiz
Simone Mello

Reportagem
Adriana Saraiva
Alana Lima
Helena Tallmann
Irene Gomes
Marcelo Benedicto
Marília Loschi

Mônica Marli
Rita Martins

Editoração eletrônica
Licia Rubinstein
Pedro Vidal
Simone Mello

Capa
Licia Rubinstein
Pedro Vidal
Simone Mello

Fotografia
Pedro Vidal
Rita Martins

Ilustração
Licia Rubinstein
Pedro Vidal
Simone Mello

Tratamento de imagens
Licia Rubinstein
Pedro Vidal

Logística de distribuição
Helena Pontes

Colaboradores
André Glasner
Curto Café
Irene Gomes
Gládis Kaercher
Juney Freire (estagiário)
Karina Meirelles (estagiária)
Marcelo dos Santos Barreto
Rafael Braga
Roberta Ferreira (estagiária)
Rodrigo Paradella

Revisão de textos
Marília Loschi

Anúncios
Coordenação de Marketing

Impressão
COAN Indústria Gráfica Ltda.

Tiragem
20.000 exemplares
ISSN
2595-0800

Retratos a Revista do IBGE
é uma publicação mensal do Instituto para distribuição interna e externa.

A publicação não é comercializada. Todos os direitos são reservados.

Caso queira reproduzir as matérias e as imagens desta edição, entre em contato através do nosso e-mail.

A publicação das informações individuais na Retratos foi autorizada pelos entrevistados.

Críticas e sugestões:
revistaretratos@ibge.gov.br

5 #ibge

26 O IBGE de Charita Castro



6 Desigualdade, um desafio histórico

Metas do ODS 10 buscam acabar com exclusão social e política



8 Que tal um cafezinho?

Curiosidades sobre a bebida apreciada em todo o país



12 Os extremos do Brasil

A aventura do brasileiro que cruzou o país de Norte a Sul e de Oeste a Leste



14 As cores da desigualdade

Estatísticas de cor ou raça mostram as marcas do preconceito



20 Os números do desalento

Histórias de pessoas que desistiram de procurar trabalho

#ibge

referência: março

agenciadenoticias.ibge.gov.br

@ibgecomunica

/ibgeoficial

@ibgeoficial

/ibgeoficial



333 curtidas

11 comentários

MULHER ESTUDA MAIS, TRABALHA MAIS E GANHA MENOS DO QUE O HOMEM

As mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens. Essas e outras informações estão no estudo de Estatísticas de Gênero, divulgado hoje [07/03] pelo IBGE.

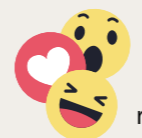
Veja mais: bit.ly/2la6FD8

279.370

seguidores no Facebook



20.673 reações no Facebook



682 curtidas

O clima é de reta final no #censoagro2017! E, para ilustrar o nosso #IBGEemCampo de hoje, escolhemos essa foto do @arthurfil7 junto com a galera durante o trabalho de campo.

Veja mais: bit.ly/2HrxsuB

Notícia mais lida

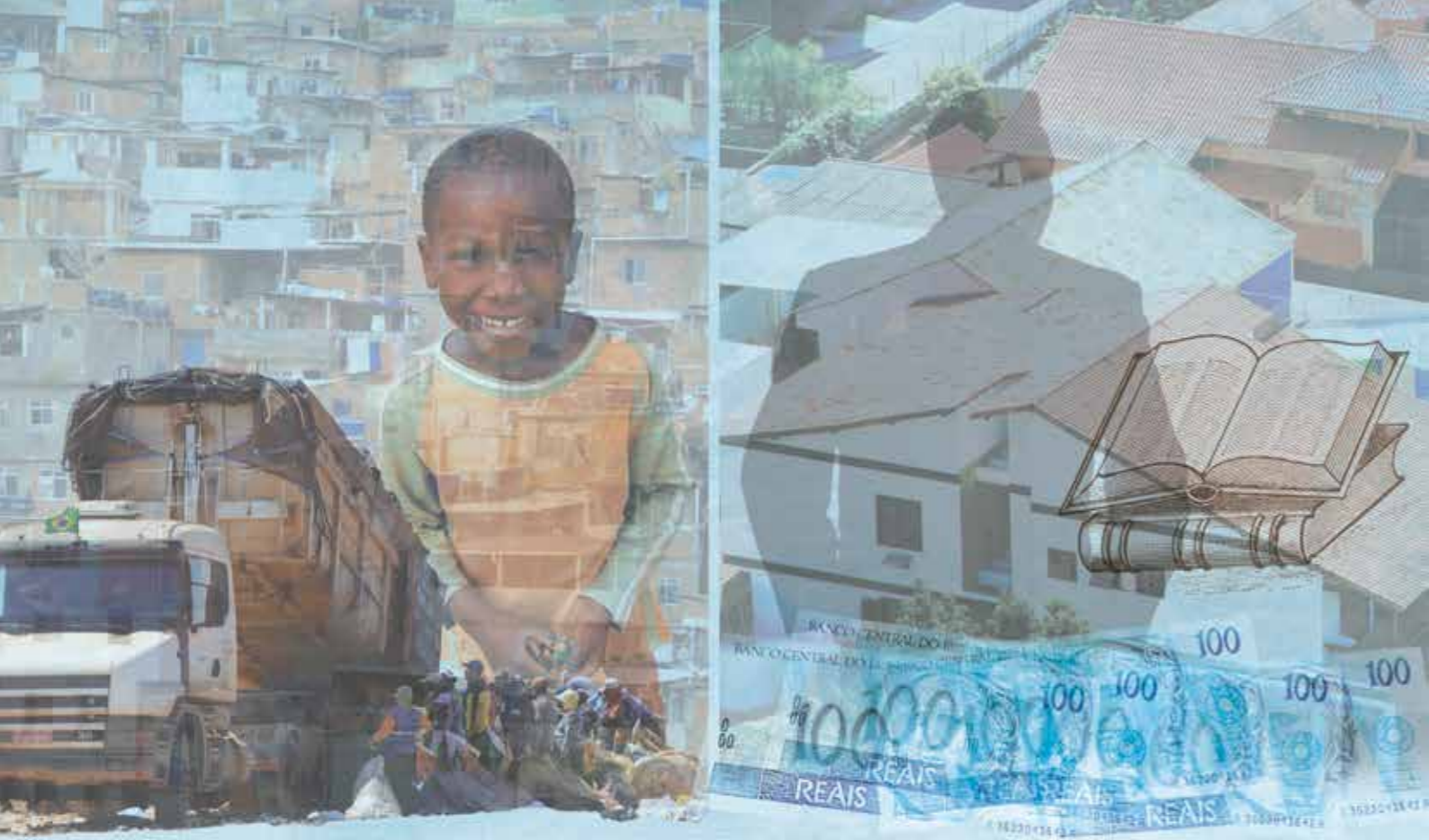


PNAD Contínua

DESEMPREGO VOLTA A CRESCER COM 13,1 MILHÕES DE PESSOAS EM BUSCA DE OCUPAÇÃO

A taxa de desocupação voltou a crescer, no trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, atingindo 12,6%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), divulgada hoje [29/03] pelo IBGE.

2.744 acessos bit.ly/2v2ZiKn



Desigualdade, um desafio histórico



texto
Marília Loschi
arte e design
Licia Rubinstein

Enfrentar a desigualdade no Brasil requer, primeiramente, olhar para nossa história a fim de compreender os processos que resultaram na exclusão social e política de grandes parcelas da população. As metas do ODS 10 apontam para políticas de distribuição de renda, leis adequadas e não discriminatórias e proteção salarial. O pesquisador André Simões explica o papel das políticas públicas como forma de reduzir as desigualdades, tendo em vista o desenvolvimento econômico e a universalização da cidadania.

Revista Retratos Como a gente pode entender esse Objetivo 10, sobre reduzir a desigualdade, no contexto brasileiro?

André Simões Primeiro é importante mencionar que, no Brasil, a desigualdade é muito mais que um tema: é uma característica que transcende praticamente todos os nossos modos de vida, nossas formas de enxergar o país. A desigualdade se manifesta em diferentes níveis. Pode ser uma desigualdade de oportunidades, de renda, de mercado de trabalho, pode ser uma desigualdade num nível simbólico, no caso na sensação de pertencimento ao local, de se sentir bem no local, de se sentir como igual no país que você está.

Retratos Como podemos observar as desigualdades através de estatísticas?

André No campo da renda, indicadores como o Índice de Gini, que mede a desigualdade, são bem consolidados. O Brasil tem um índice bastante elevado em comparação com países vizinhos como Argentina, Uruguai e Chile e em comparação com países desenvolvidos. E também em relação à apropriação de rendimentos, quando compara-

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 10: REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES

mos aquela fração da população, os 10% que detêm os maiores rendimentos, com os 40% que têm os menores rendimentos. A desigualdade de apropriação de renda é muito grande no Brasil. E isso implica no campo das políticas públicas, na vulnerabilidade de populações específicas. Olhando os indicadores educacionais, de rendimento e de inserção no mercado de trabalho, são as mulheres, os pretos e pardos e os jovens os grupos vulneráveis que apresentam situação de maior desigualdade quando comparados aos demais.

Retratos Qual a importância do ODS 10 diante desse quadro?

André Então, o ODS 10 vem para o Brasil como uma oportunidade de o país fazer um acompanhamento desses indicadores e avaliar, em comparação com outros países, o que nós precisamos fazer para reduzir os níveis de desigualdade. Porque olhar somente o indicador, sem pensar em política, é insuficiente. Esse é um panorama mais geral desse ODS e da importância dele, especificamente, para o nosso país. Em relação ao ODS em si, pelo fato de a desigualdade ser um tema bastante amplo e estar em diferentes domínios,

você pode notar que é um ODS que aborda a desigualdade em diferentes temas.

Retratos Que temas seriam esses?

André Um ponto que nós tratamos bastante é a questão da renda. Tem um indicador importante também, que é a participação das remunerações do trabalho no Produto Interno Bruto, e aí você vê quanto do PIB é composto pelas remunerações do trabalho. Se você pega uma série histórica você pode ver a evolução: na medida em que você tem uma maior participação do trabalho, uma massa de rendimento aumentando, então você tem uma apropriação maior de rendimento pela população. Se você tem um país que tem uma grande proporção do seu PIB apropriado pelo capital ou por aqueles que vivem de lucro e dividendos, então você retira do trabalho, das remunerações e daquilo que vai gerar condições de a população se manter e produzir suas condições de vida. São indicadores que, em conjunto, vão dando um panorama da condição de desigualdade no país.

Retratos Quando a gente fala de como a desigualdade é tratada através de políticas públicas, há polêmica na socie-

dade, que nem sempre recebe bem a ideia de tratar de forma diferente pessoas que teoricamente seriam iguais.

André Então, teoricamente somos todos iguais. Na prática deveríamos ser todos iguais, mas não somos. As políticas vêm no sentido de tentar promover essa igualdade. Existe esse discurso de que não se pode fazer políticas para beneficiar grupos mais vulneráveis, porque “somos todos iguais”. Na verdade, isso deveria ter sido feito antes para garantir que todos pudessem partir do mesmo ponto de partida, digamos assim. Só que temos um passivo muito grande hoje que deve ser equalizado. E como você equaliza isso? É fazendo políticas voltadas para esses grupos. No mundo ideal todos são iguais, todos têm as mesmas oportunidades. Mas isso não existe no mundo real, as pessoas partem de pontos diferentes e, mesmo com políticas que equalizem essas oportunidades, ainda assim vão atuar os fatores mais simbólicos, culturais, patrimoniais. Em um país como o nosso, não ter políticas é desconhecer nossa realidade histórica, de onde nós vimos, nossa herança escravocrata, patrimonialista, e também não está de acordo com a necessidade de o país se desenvolver, enquanto nação. ■



Pedro Vidal

André Simões, doutor em Economia pela UFRJ, é o pesquisador do IBGE responsável por articular o ODS 10.

que tal um cafezinho?

texto Adriana Saraiva, Marcelo Benedicto e Marília Loschi
fotos e design Pedro Vidal colaboração Curto Café

num dos restaurantes mais antigos do centro do Rio de Janeiro, os garçons – alguns com mais de 20 anos de casa e conhecidos pelo nome – retiram os pratos e talheres após o almoço. Lá, ainda é possível pedir como manda a tradição: “um cafezinho e a conta, por favor” e receber à mesa as xícaras aquecidas, um bule de inox repleto de um bom café coado e, para arrematar, um potinho de creme batido. A cortesia é uma verdadeira relíquia, em tempos modernos

de café espresso pago à parte. “É verdade, o café espresso tomou um grande espaço no mercado brasileiro”, explica Silvia Oigman, pesquisadora com pós-doutorado em neurociência do café. “Mas a tendência é que os cafés coados voltem com uma cara nova, através de monodoses (coados individualmente)”. Além de objeto de estudo, o café também é um *hobby* na vida de Silvia, que se tornou barista (especialista em preparar e servir cafés).

“Procuro ter entendimento de tudo que envolve café, desde o momento em que é cultivado até o momento em que é consumido. Esse *know-how* me ajuda no meu dia-a-dia como cientista”, conta.

A paixão de Silvia pelo café parece ser um sentimento compartilhado pelos brasileiros em geral. Em 2008, por exemplo, cada residência do país consumiu, em média, 2,6 kg de café por morador. A informação faz parte da Pesquisa de Orçamen-

tos Familiares (POF), que está em campo para coletar dados atualizados sobre o consumo das famílias.

Já o Observatório do Café, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), mostra que o consumo interno de café no Brasil, em 2017, foi de 21,5 milhões de sacas de 60 kg. Com esse volume, o país atingiu a segunda colocação no *ranking* do consumo mundial da bebida, perdendo apenas para os Estados Unidos, que consomem 25,8 milhões de sacas de café ao ano.

AROMA DA FELICIDADE

Talvez nenhum outro produto seja capaz de contar a história econômica e social do Brasil

tão bem quanto o café. Pela cultura do café, passam o fortalecimento da aristocracia brasileira, os sofrimentos advindos da escravidão, o crescimento do comércio exterior e a própria industrialização do país.

Confirmando a força do café na agricultura, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) estimou, em fevereiro, um crescimento de 14,6% em sua produção para 2018, chegando a 3,2 milhões de toneladas ou 53,0 milhões de sacas de 60 kg. O aumento é explicado por uma característica do café arábica (espécie cultivada em altitudes acima de 700 metros) chamada bienalidade, em que a planta atinge a melhor produtividade apenas

de dois em dois anos. “Essa característica é do café plantado principalmente em Minas Gerais. Esse ano, a bienalidade do café é positiva”, explica Carlos Antonio Barradas, analista da coordenação de Agricultura do IBGE.

Com a produção nacional do grão garantida, o prazer de saborear aquele cafezinho pode continuar sendo um hábito saudável na vida dos brasileiros. Estudos de neurociência mostram que o aroma do café ativa o sistema de recompensa no cérebro. “Ele ativa regiões de prazer no cérebro, da mesma forma que o amor, as drogas e músicas agradáveis. Apenas sentir o cheiro do café já é suficiente para nos trazer muitos benefícios”, explica Silvia.

Campeão nacional

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), em 2008, Rondônia e Minas Gerais ocupavam a liderança no ranking de consumo de café em casa, com 3,2 kg e 3,1 kg por pessoa/ano, respectivamente. Além disso, Rondônia é o quinto maior produtor de café do país. Segundo Calixto Rosa Neto, analista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o café é uma das principais culturas agrícolas geradoras de ICMS para o estado, e é cultivado basicamente por agricultores familiares.





Organização Internacional do Café (OIC) safra 2017/2018

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ



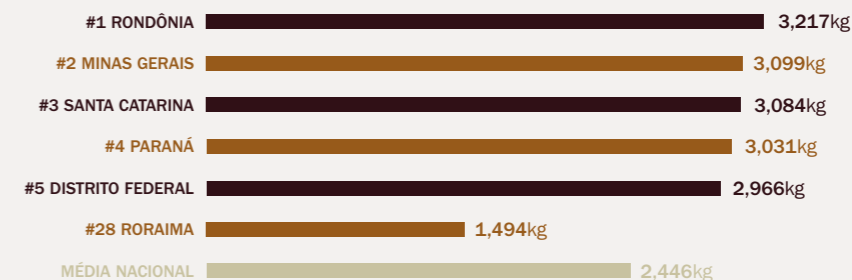
números espressos



MINAS GERAIS
1.834.171 ha

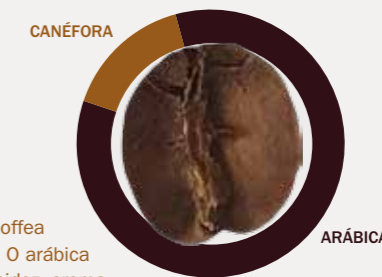
CONSUMO MENSAL DE CAFÉ POR FAMÍLIA NO BRASIL

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares - 2008



ÁREA PLANTADA DE CAFÉ POR ESTADO

PAM - Produção Agrícola Municipal



Diferentes grãos

O Brasil produz cafés do tipo arábica (*Coffea arabica*) e canéfora (*Coffea canephora*). O arábica fornece grãos de ampla variedade de acidez, aroma, corpo e sabor; está mais sujeito ao clima e solo da região onde é cultivado, dando origem aos cafés gourmet. O canéfora, que pode ser da variedade robusta ou conilon, mais barato e amargo, é usado principalmente para cafés solúveis. O pó de café do mercado geralmente é uma mistura de arábica com canéfora.

O café da redação

A equipe de Comunicação Social do IBGE mostra que também produz estatísticas: o consumo mensal de café na redação é de 60 litros, uma média diária de 2,2 copinhos por pessoa.

Tipos de preparo

No Brasil, o café “pingado” é bastante popular na padaria: adiciona-se leite ao café coado e serve-se, geralmente, no copo americano. O café em Minas Gerais é conhecido por ser suave e já vai para o bule com açúcar, principalmente no interior. O “carioca” se refere ao café espresso ao qual se adiciona uma porção de água.

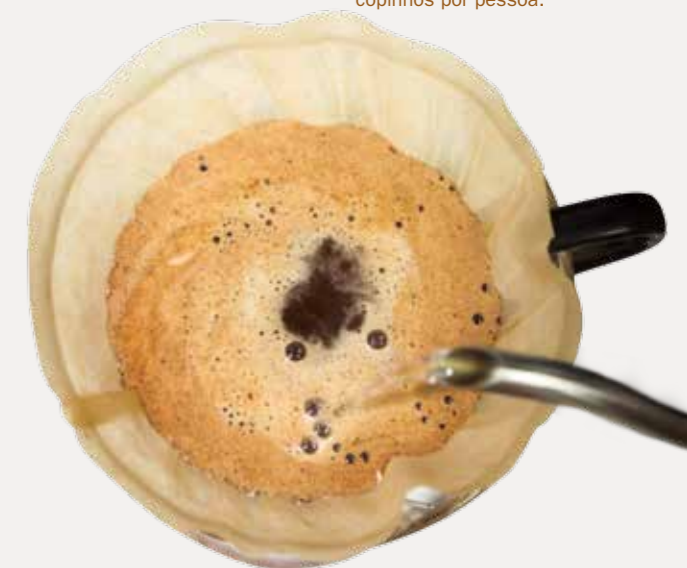
ÁREA PLANTADA DE CAFÉ NO BRASIL

PAM - Produção Agrícola Municipal



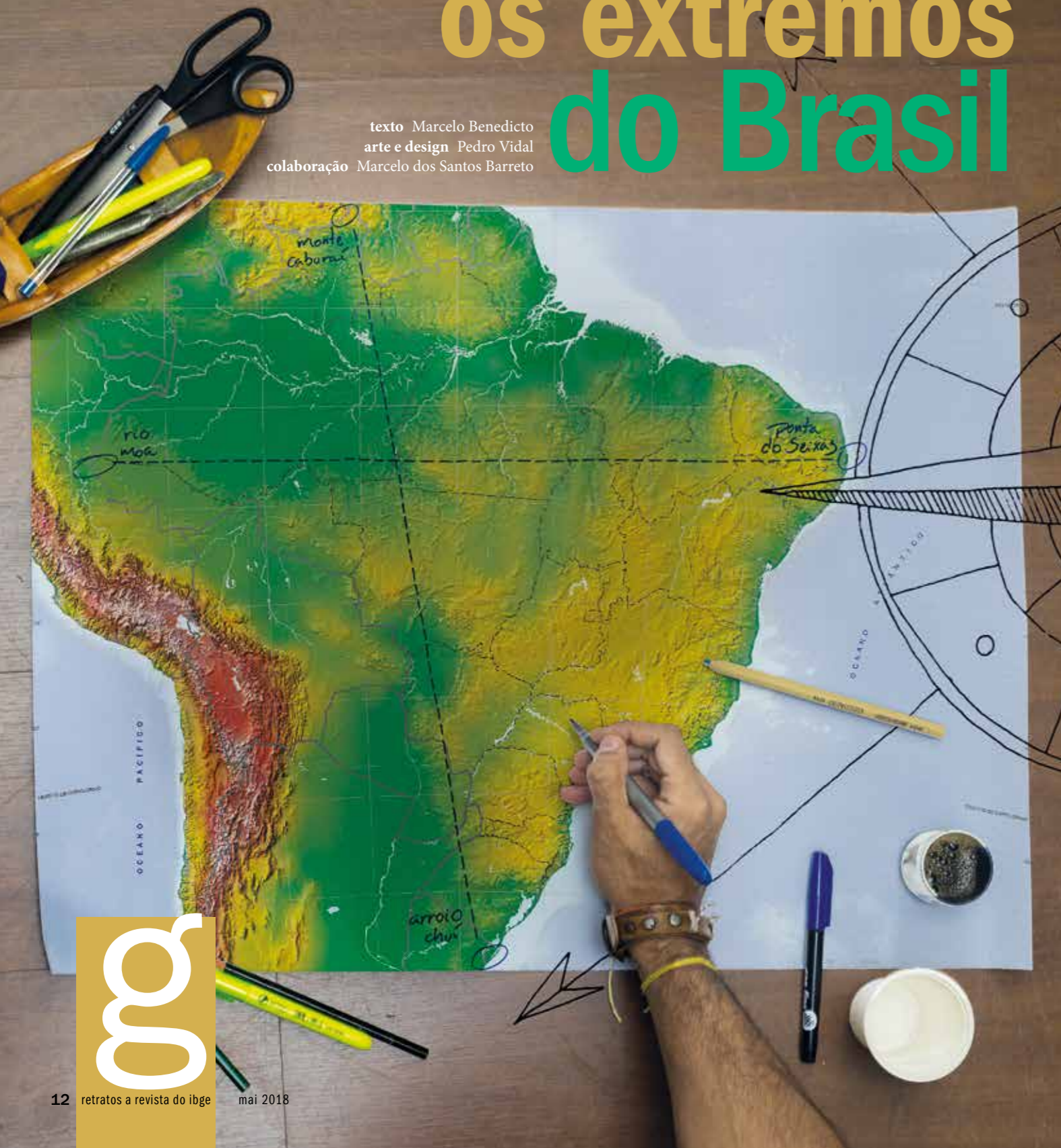
Exóticos

Pode parecer estranho, mas quem provou garante que são especiais: cafés selecionados a partir de grãos digeridos por animais. Produzido na Indonésia, o Kopi Luwak é o mais caro do mundo, obtido a partir dos grãos expelidos pelo civeta ou gato de Sumatra. O Brasil copiou a ideia e usa o jacu, uma ave que adora comer os melhores frutos do café.



os extremos do Brasil

texto Marcelo Benedicto
arte e design Pedro Vidal
colaboração Marcelo dos Santos Barreto



Um turista que caminha na praia da Ponta do Seixas, em João Pessoa, Paraíba, está no ponto mais oriental (ao Leste) do território brasileiro. Outro que tira fotos do arroio Chuí, pequeno rio localizado na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, pode postar nas redes sociais a prova de que visitou o ponto mais meridional (ao Sul) do Brasil. Porém, encontrar turistas fazendo uma *selfie* no ponto mais ocidental (a Oeste, próximo à nascente do rio Moa, no Acre) ou no mais setentrional (ao Norte, no Monte Caburá, em Roraima) é algo pouco provável, pois não é nada fácil chegar a esses locais. É o que conta o brasileiro Leonardo César Osório Meirelles, 52 anos, administrador de imóveis que realizou a proeza de visitar os quatro pontos extremos do país.

Em 2014, Leonardo partiu do Monte Caburá, percorreu cerca de 6.200 km e chegou ao arroio Chuí. Em 2016, saiu da nascente do rio Moa e seguiu até a Ponta do Seixas, vencendo um percurso de 5.800 km. Em ambos os trajetos, se deslocou a pé, de bicicleta ou de caiaque, contando com o apoio de um carro para transportar barraca,

comida e equipamentos. Ao todo foram necessários cem dias na travessia Oeste-Leste e 120 na travessia Norte-Sul, incluindo as paradas para descanso.

Segundo ele, o maior desafio foi alcançar o ponto extremo localizado no Acre, pois o caminho até a nascente do rio Moa, na serra Contamana, é cheio de abismos, cânions, animais selvagens e vegetação densa. Para conseguir chegar até lá, estudou as rotas a serem seguidas, traçou as coordenadas e contratou pessoas para ajudá-lo a carregar comida e equipamentos. No Monte Caburá, em Roraima, a realidade não foi diferente. Passou por várias comunidades indígenas e seguiu a pé pela mata até a divisa do Brasil com a Guiana, onde está implantado o marco que determina o extremo Norte do Brasil – que assim foi reconhecido em 1998.

Foi nesse ano que uma missão oficial formada pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, órgão do Ministério das Relações Exteriores, juntamente com o Exército, o IBGE e representantes do governo da Guiana, foi ao Monte Caburá confirmar uma informação que o Brasil

conhecia desde 1933: o ponto extremo do Norte do país não fica no Oiapoque (Amapá), mas no Monte Caburá, no município Uiramutã, em Roraima.

“Desde o Império já se sabia que o ponto extremo era em Caburá. As missões do Brasil e de Portugal não conseguiram chegar lá, mas no Oiapoque conseguiram chegar. Então, foi feita uma convenção dos extremos da faixa litorânea (Oiapoque e Chuí)”, explica Carlos Alberto Castro Junior, gerente de Geodésia e Cartografia do IBGE, em Goiás.

Para documentar sua aventura, Leonardo acoplou uma máquina fotográfica no peito que tirava uma foto a cada minuto. O resultado foi um acervo de 60 mil fotos e 60 horas de vídeo de todo o percurso, tudo sincronizado por GPS, com data e horário.

“Vi muita coisa nesses milhares de quilômetros. Achei o Cerrado lindo e o encontro das águas do Rio Negro com o Solimões. Fiquei muito chateado com o desmatamento, com a grande quantidade de animais atropelados ao longo do caminho e com o abandono de muitas estradas”, lamenta. ■

O que é um marco geodésico?

São estruturas que determinam as coordenadas (latitude, longitude e altitude) para o sistema GPS e fazem parte do Sistema Geodésico Brasileiro, administrado pelo IBGE. Em 1998, a missão que reconheceu o Monte Caburá como o ponto extremo do norte do país não encontrou o marco que havia sido implantado no local em 1933. Então, foram realizados estudos para atualizar as coordenadas para fixação de um novo marco. Porém, Leonardo Meirelles, em uma de suas idas ao Caburá, conta que encontrou o marco antigo.

Quando criança, o ator Milton Gonçalves tinha o sonho de ser jogador de futebol, mas o clube de que queria fazer parte não contratava pretos. “Era muito difícil, em qualquer lugar do país, ser negro”, comenta e completa: “Ainda hoje o negro não é tratado com respeito no Brasil. Quando penso nisso, volto para minha infância. Essas coisas não me machucam como antigamente, mas me incomodam intelectualmente.”

A professora Michele Cassiano foi a primeira da sua família a cursar o ensino superior. Ela entrou para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2003, um ano antes da implementação do sistema de cotas. Na época, era uma das poucas alunas pretas do Campus. “Depois das cotas mudou um pouco, mas não expressivamente”, lembra.

Essas três histórias retratam um pouco dos preconceitos e das desigualdades do país. E não são exemplos isolados. As estatísticas de cor ou raça produzidas pelo IBGE mostram que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial. Em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior, por exemplo. Já os indicadores socioeconômicos da população preta e parda, assim como os dos indígenas, costumam ser bem mais desvantajosos.

De mãe preta e pai branco, Danielle Cavadas se considera parda. Quando sai com sua filha, de pele bem branca e cabelos claros, muitas vezes é tratada por estranhos como a babá da criança. Certo dia, estava no mercado e reprimiu a filha por uma pirraça. Foi, então, abordada por uma senhora, que disse: “A mãe da menina sabe que você fala com ela assim?”.

as cores da desigualdade

texto Irene Gomes e Mônica Marli
arte e design Simone Mello

Para o professor Otair Fernandes, doutor em Ciências Sociais e coordenador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Leafro/UFRRJ), a realidade do Brasil ainda é herança do longo período de colonização europeia e do fato de ter sido o último país a acabar com a escravidão. O professor ressalta que, mesmo após 130 anos de abolição, ainda é muito difícil para a população negra ascender economicamente no Brasil.

“A questão da escravidão é uma marca histórica. Durante esse período, os negros não

tinham nem a condição de humanidade. E, pós-abolição, não houve nenhum projeto de inserção do negro na sociedade brasileira. Mesmo depois de libertos, os negros ficaram à própria sorte. Então, o Brasil vai se estruturar sobre aquilo que chamamos de racismo institucional”, lembra.

Fernandes afirma que atitudes individuais não são suficientes para romper essa questão socialmente e historicamente, e ressalta a importância de políticas públicas de ações afirmativas. “É preciso pensar em políticas de afirmação do negro. Políticas de valorização

daqueles que foram marginalizados e excluídos”, diz.

Para a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Lívia Santana Vaz, reconhecer que o problema existe é o primeiro passo para tentar resolver essa dívida histórica. Por isso, a consideração de cor ou raça nas pesquisas oficiais produzidas pelo IBGE é fundamental.

“Há países - a exemplo de Portugal - que, a pretexto de não violarem o princípio da igualdade, proibem a coleta de dados com base na raça e na cor das pessoas, o que tem impedido que se conheça o

Basta! ao lápis “cor de pele”

Os gizões que coloriram esta matéria foram criados pelo Curso de Aperfeiçoamento Uniafro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os 12 bastões do estojo mostram que não existe uma só cor de pele, dando representatividade e protagonismo à identidade negra. “Ter um artefato com o qual a criança possa fazer seu autorretrato com a cor que se identifica permite que ela se reconheça”, ressalta a coordenadora do curso, Gládis Kaercher.

Taxa de analfabetismo em 2016

PNAD CONTÍNUA 2016

Branco

4,2%

Pretos ou pardos

9,9%

Em 2016, 1.835 crianças de 5 a 7 anos trabalhavam

PNAD CONTÍNUA 2016

Branca

35,8%

Pretos ou pardos

63,8%

contexto de desigualdades raciais e a criação de políticas públicas”, ressalta a jurista, que atua em grupos de proteção de direitos humanos e combate a discriminações.

A promotora comenta, ainda, que o Direito, amparado pela classificação adotada pelos órgãos de estatística, reconhece a raça como sendo um fator relevante na promoção de direitos. E que esse fato não significa a confirmação de uma hierarquização racial da sociedade e, sim, uma necessidade de se promover a igualdade de todos.

“Se os dados estatísticos seguem demonstrando que a raça figura como fator que condiciona o acesso das pessoas aos direitos fundamentais, o Direito deve continuar pautando a questão racial como mecanismos de reconhecimento das desigualdades e de proteção e promoção dos direitos dos grupos racialmente vulnerabilizados”, afirma.

O QUE TE DEFINE?

A sua cor ou raça é: branca, preta, amarela, parda ou indígena? Nessa ordem, o agente de pesquisa do IBGE oferece as opções, e o entrevistado escolhe como se classifica. O que ele considera para responder depende de cada um.

“No Brasil, o critério é multidimensional”, explica Leonardo Athias, pesquisador da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, responsável pelo tema. “Pelos dados da Pcerp, vários fatores influenciam a autoclassificação. Cor da pele, ancestralidade, origem e até a classe social”, complementa.

A Pcerp (Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População) foi uma pesquisa-estudo realizada em 2008, com objetivo de compreender melhor e contribuir para o aprimoramento do sistema de classificação de cor ou raça utilizado pelo IBGE.

Atualmente, nas pesquisas do Instituto, o quesito é fechado, ou seja, o entrevistado responde a partir de opções já estabelecidas. Marta Antunes e Gustavo Junger, da Gerência Técnica do Censo Demográfico, contam que, quando se fez um teste com o quesito aberto, mais de 300 opções diferentes surgiram. “No Rio de Janeiro, tivemos definições como branca, clara, morena, escura, misturada... muitas!”, exemplifica Marta. “Já no Maranhão, usaram-se termos como açai e jambo”, complementa Gustavo.

Seja como for, uma instrução básica consta no Manual do Recenseador: “Em nenhum momento, você deve influenciar a resposta do entrevistado”. O IBGE também não especifica uma definição para as categorias de cor ou raça: “se o entrevistado pergunta, o pesquisador pode dar a definição de amarelo (pessoa de origem japonesa, chinesa, coreana,

etc.) e esclarecer que a categoria indígena se aplica tanto aos indígenas que vivem em terras indígenas como fora delas”, explica Marta Antunes.

Ou seja, o quesito de cor ou raça é baseado na autodeclaração. Leonardo explica que este é um preceito de direitos humanos: “a identificação é da pessoa, é ela que sabe como se entende, porque é uma interação social, uma percepção de si mesma e do outro. Eu não vou classificar o outro, até porque muitas vezes isso foi feito para segregar, para perseguir”.

Para a promotora Livia Vaz, a autodeclaração é um instrumento de fundamental importância para o sentimento de pertencimento do indivíduo, mas não deve ser considerada um critério absoluto no âmbito das ações afirmativas raciais. Para evitar a chamada “afroconveniência”, ou seja, quando uma pessoa se declara preta ou parda somente para conseguir algum benefício social, a promotora defende que as comissões de verificação são uma etapa necessária na consolidação da política de cotas raciais.

“O racismo no Brasil conecta-se muito mais com a forma como o indivíduo é percebido

socialmente do que com a maneira como este se autodeclara. As políticas públicas de ação afirmativa têm o objetivo principal de garantir igualdade de oportunidades e devem ser destinadas às pessoas que são, no contexto brasileiro, potencialmente vítimas de discriminação racial”, declara.

AS CATEGORIAS DO IBGE

O sistema de classificação adotado pelo Instituto se apoia em cinco categorias, consolidadas em uma longa tradição de pesquisas domiciliares, mas não deixa de ser passível de críticas.

Uma delas lembra que o sistema é utilizado desde 1872, passando por pequenas modificações ao longo do tempo, mas desde sempre utilizando categorias formuladas por uma pequena elite dominante e desconsiderado a realidade das regiões fora dos eixos Sul e Sudeste. Isto criou dificuldades com o termo pardo, por exemplo.

“O termo pardo remete a uma miscigenação de origem preta ou indígena com qualquer outra cor ou raça. Alguns movimentos negros utilizam preto e pardo para substituir o negro e alguns movimentos indígenas usam indígenas e par-

dos para pensar a descendência indígena. É uma categoria residual, mas que é a maioria”, explica Marta Antunes.

De qualquer maneira, essas categorias têm conseguido evidenciar a desigualdade racial nos indicadores sociais do país. “Toda classificação é uma simplificação da realidade. Muitas vezes o objetivo de classificar, para [atender] os objetivos estatais de proteger minorias, mostrar desigualdades e balizar políticas, pode não coincidir com o objetivo de identificar, ou seja, mostrar como as pessoas se enxergam em sua diversidade”, avalia Leonardo.

Para Marta, as categorias podem ser repensadas, mas ainda não há entre os estudiosos um consenso para substituí-las: “como trocar essas categorias sem perder a série histórica e sem atrapalhar a política pública que já está calcada em cima desses termos?”, questiona.

E Leonardo arremata lembrando uma frase famosa entre os estudiosos de cor ou raça do IBGE: “o ponto positivo da classificação no Brasil é que ela vem desde 1872. E o ponto negativo é que ela vem desde 1872”.

Rendimento médio de todos os trabalhos

PNAD CONTÍNUA 2017

Branco

R\$ 2814

Pardos

R\$ 1606

Pretos

R\$ 1570

Taxa de desocupação

PNAD CONTÍNUA - 4º TRI 2017

Branco

9,5%

Pardos

14,5%

Pretos

13,6%

Como funciona a Lei de Cotas?

A lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas, foi promulgada em 2012 e estabelece que as instituições federais de educação superior e ensino técnico de nível médio reservarão, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes provenientes de escolas públicas. Essas vagas reservadas devem ser subdivididas: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar

igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a 1,5 salário mínimo. Em ambas as subdivisões, serão reservadas vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, conforme a proporção observada no último Censo Demográfico do IBGE em cada Unidade da Federação.

a investigação étnico-racial nos censos

O quesito hoje conhecido como “cor ou raça” começou a ser investigado no Brasil no primeiro recenseamento do país, que aconteceu em 1872, período pré-abolição da escravidão. No Censo de 1872, a população era dividida de acordo com sua “raça” e “condição” e os termos usados nas categorias eram comuns à época.

Livre (que definia sua própria cor)		Escrava (era classificada pelo seu dono)	
Branca	38,1%	Preta	10,4%
Parda	33,5%	Parda	4,8%
Preta	9,3%		
Cabocla	3,9%		

(em referência ao indígena)

1872

1880
Não houve Censo no Brasil

A categoria “parda” foi substituída pela “mestiça” no quesito “raça”. A mestiçagem como categoria estava relacionada à “tese do branqueamento”, presente nas décadas iniciais da República. Essa ideologia era baseada na presunção da superioridade branca e na crença de que, com a imigração europeia, haveria uma miscigenação, produzindo uma população mais clara e um gradual desaparecimento da população negra.

Branca	44,0%
Preta	14,6%
Mestiça	32,4%
Cabocla	9,0%

1890

1900
Não houve investigação de cor ou raça

1910
Não houve Censo no Brasil

1920
Não houve investigação de cor ou raça

1930
Não houve Censo no Brasil

No primeiro Censo Demográfico feito pelo IBGE, o quesito, que passou a ser denominado de “cor”, voltou a ser investigado. As categorias eram branca, preta e amarela, que foi incluída para dar conta da imigração japonesa (ocorrida entre 1908 e 1930). Outras respostas diferentes dessas eram marcadas com um traço e posteriormente foram codificadas como parda. A língua falada foi investigada para identificar a existência de outras origens, como os povos indígenas.

Branca	63,5%
Preta	14,6%
Amarela	0,6%
Outras respostas (codificadas como pardas)	21,2%

1940

A categoria parda foi novamente incluída no questionário. Nesse ano, também houve investigação da língua falada.

Branca	61,7%
Preta	11,0%
Parda	26,5%
Amarela	0,6%

1950

Os Censos passam a ter dois questionários: o básico (com poucas perguntas e respondido por todos os domicílios) e o da amostra (mais completo e respondido só por cerca de 10% dos domicílios). O quesito “cor” era do questionário básico. Quem vivia em aldeamentos ou postos indígenas era classificado na categoria “índia” (que não fazia parte do quesito “cor”). Quem se declarava “índio”, mas não vivia nesses lugares, era classificado como pardo.

Branca	61,0%
Preta	8,7%
Parda	29,5%
Amarela	0,7%

1960

1970
Não houve investigação de cor ou raça

2010

O quesito “cor ou raça” voltou para o questionário básico. As pessoas que se declararam indígenas respondiam também sobre etnia e língua falada.

Branca	47,7%
Preta	7,6%
Parda	43,1%
Amarela	1,1%
Indígena	0,4%

2000

O Censo 2000 seguiu o mesmo modelo do Censo de 1991.

Branca	53,4%
Preta	6,1%
Parda	38,9%
Amarela	0,5%
Indígena	0,4%

1991

A categoria “indígena” foi incluída no quesito que passou a se chamar “cor ou raça”.

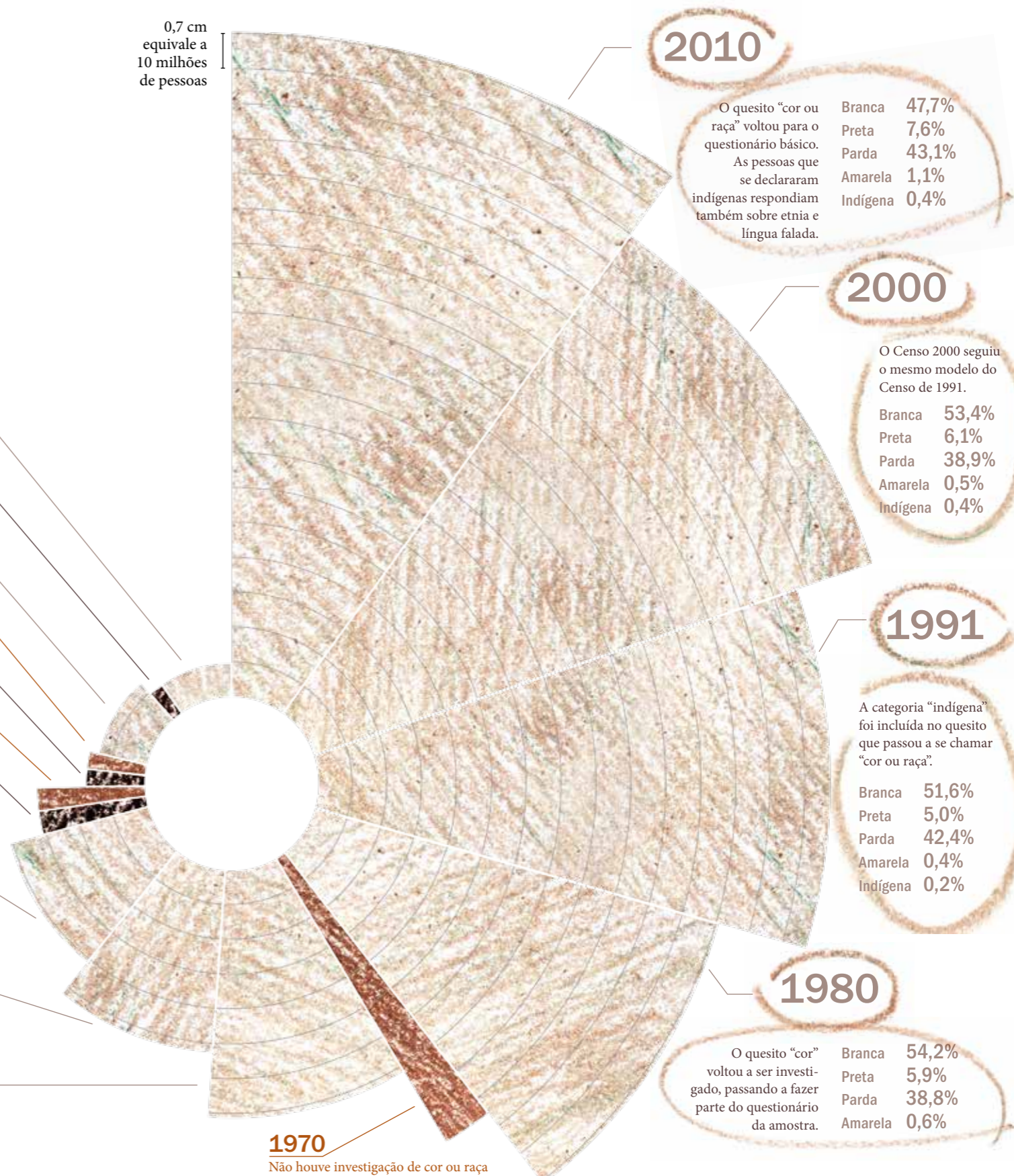
Branca	51,6%
Preta	5,0%
Parda	42,4%
Amarela	0,4%
Indígena	0,2%

1980

O quesito “cor” voltou a ser investigado, passando a fazer parte do questionário da amostra.

Branca	54,2%
Preta	5,9%
Parda	38,8%
Amarela	0,6%

0,7 cm
equivale a
10 milhões
de pessoas



os números do desalento

texto Alana Lima, Helena Tallmann,
Marília Loschi e Rita de Cássia
fotos Rita de Cássia
design Simone Mello

Alane é uma das
663 mil pessoas
desalentadas da Bahia.

Alane Nascimento e Andressa Estrela têm em comum, além da idade (23 anos), o mesmo sentimento em relação ao mercado de trabalho: o desânimo. As estudantes, que moram em Salvador, desistiram de procurar emprego depois de se candidatarem a diversas vagas e não serem chamadas sequer para a entrevista, mas não hesitariam em aceitar uma vaga, caso aparecesse a possibilidade de voltar a trabalhar.

“**C**olocava currículo para trabalhar em lojas, shopping, em vagas de caixa, telemarketing, e não era chamada. Acredito que tenha sido pela falta de experiência, já que eu trabalhei apenas em uma empresa, como jovem aprendiz”, supõe Andressa, que procurou novas oportunidades, sem êxito, durante três anos e desistiu da busca há dez meses.

Já Alane tentou uma vaga de emprego formal durante quatro anos, desde que seu contrato como jovem aprendiz foi encerrado, em 2014. A desistência de bater à porta das empresas aconteceu há cerca de oito meses. “Durante todo esse tempo coloquei uns 60 currículos. Quando eu via que ninguém me chamava para entrevista eu desanimava e desistia, depois tentava de novo. Mas em agosto de 2017 eu decidi parar de procurar”, conta Alane.

As duas jovens estão entre as 663 mil pessoas que estavam fora da força de trabalho na Bahia por uma das seguintes razões: não conseguiam trabalho, ou não tinham experiência, ou eram muito jovens ou idosas, ou não encontraram trabalho na localidade – e que, se tivessem conseguido traba-

lho, estariam disponíveis para assumir a vaga. É a chamada população desalentada.

No Brasil, no 4º trimestre de 2017, os desalentados chegaram a 4,3 milhões de pessoas, o maior contingente desde o início da série histórica da Pnad Contínua, iniciada no 1º trimestre de 2012, quando os desalentados somavam 1,9 milhão. Já em 2017, a Bahia era o estado com o maior número de pessoas nessa situação, seguido pelo Maranhão, com 410 mil. Estes estados contribuíram para a Região Nordeste apresentar 59,7% (2,6 milhões de pessoas) do total da população desalentada no Brasil.

JOVENS, POUCO EXPERIENTES E DESALENTADAS

No caso de Alane e Andressa, apesar da pouca idade, as jovens já sentem o peso de estarem fora do mercado de trabalho. Não poder contribuir nas finanças domésticas é um peso ainda maior, como atesta Alane: “Eu me senti inútil, como se eu não servisse para nada, incapaz. Quando você vê as situações ao seu redor acontecendo e não tem como ajudar, não tem como não se sentir assim”.

“Parte da população que está fora da força de trabalho

está desalentada, ou seja, por algum motivo ela não se estimula a procurar um trabalho. Isto pode estar relacionado principalmente à crise econômica, com a desocupação alta, então as pessoas acreditam que não conseguem trabalho e se afastam da força de trabalho”, explica Cimar Azeredo, pesquisador na área de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Em Minas Gerais, Indira de Oliveira, 24 anos, desistiu de procurar emprego e, por conta disso, também teve que desistir de casar e construir seu próprio lar. Desde que a pequena empresa de telemarketing em que trabalhava fechou, no final de 2015, Indira não consegue uma recolocação formal no mercado de trabalho. E não foi por falta de tentativa: entre outubro de 2015 e novembro de 2017 a jovem contabilizou o envio de 358 currículos para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. “Desse total, no máximo umas 15 empresas marcaram entrevistas. Poucas retornaram o contato”, lamenta.

Cansada de sofrer com a expectativa de conseguir o emprego, ela decidiu dar uma pausa nas buscas no final do ano passado. Ainda assim, tem disponibilidade para trabalhar

caso surja uma oportunidade. “Se aparecer, claro que vou procurar saber, mas não quero mais o desgaste, a neurose de acordar e ficar olhando grupos e mais grupos de empregos”, argumenta.

Com ensino médio completo, ela avalia que a pouca bagagem profissional atrapalha, já que os concorrentes podem estar mais preparados. “Acho que me falta qualificação, talvez um curso ou uma faculdade”, reflete Indira. A mineira deseja migrar para a área administrativa e até planeja fazer um curso na área, mas não tem uma fonte de renda para arcar com os custos.

Somando as pessoas que não desistiram de procurar emprego – os 12,3 milhões de desocupados, e os 6,5 milhões de subocupados por insuficiência de horas – e as 7,6 milhões de pessoas que estão fora da força de trabalho, a subutilização mostrou

que falta trabalho para 26,4 milhões de brasileiros.

“Essa desagregação mostra que, não só gerar posto de trabalho, mas a gente tem que se preocupar também com as mulheres que não têm com quem deixar o filho, a dificuldade que os jovens têm de se inserir no mercado de trabalho. O desalento mostra muito isso, com parte expressiva apontando para os jovens, as mulheres, a população de cor preta ou parda e principalmente pessoas de escolaridade mais baixa”, explica Cimar.

DIFICULDADES PARA RECOMEÇAR

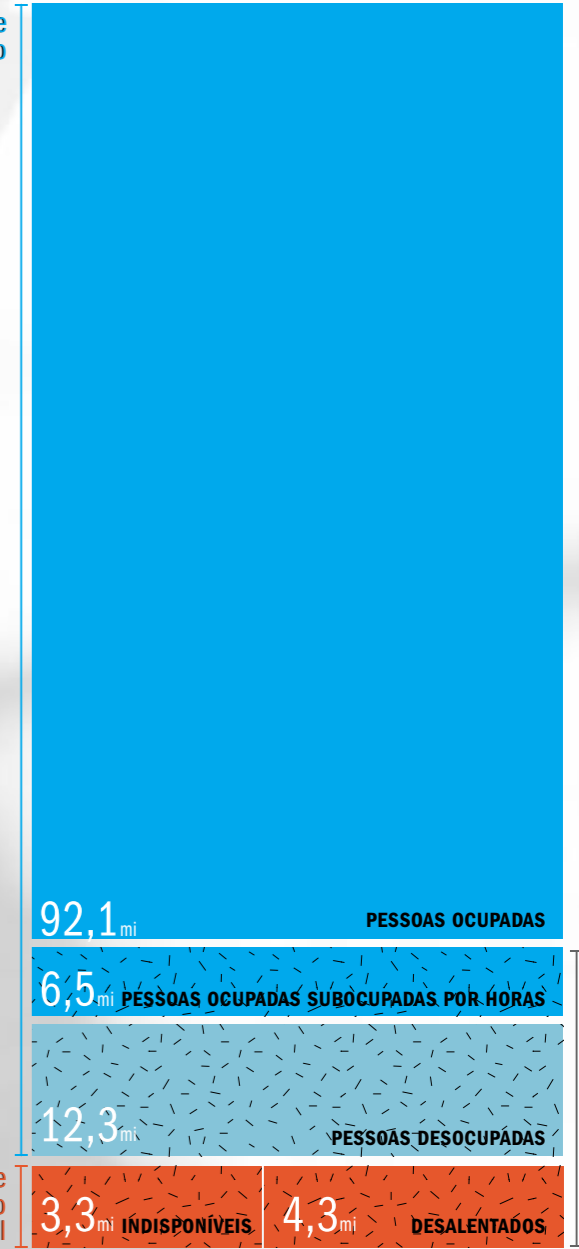
Outra faixa da população atingida pelo desalento são as pessoas mais velhas. Com 54 anos e mais de duas décadas depois de parar de trabalhar, a pernambucana Jô Fontes tentou se inserir novamente no mercado de trabalho em 2015. Desde

Subutilização da força de trabalho
Os desalentados e as pessoas indisponíveis gostariam de estar trabalhando. Juntamente com as pessoas desocupadas (que estão procurando emprego) e as subocupadas (que estão trabalhando, mas gostariam de trabalhar mais horas semanais), formam um grupo que mostra a subutilização da força do trabalho, ou seja: o país poderia estar produzindo muito mais se incluísse essas pessoas em postos de trabalho.

força de trabalho ampliada

PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL - 4º tri/2017

força de trabalho



subutilização da força de trabalho

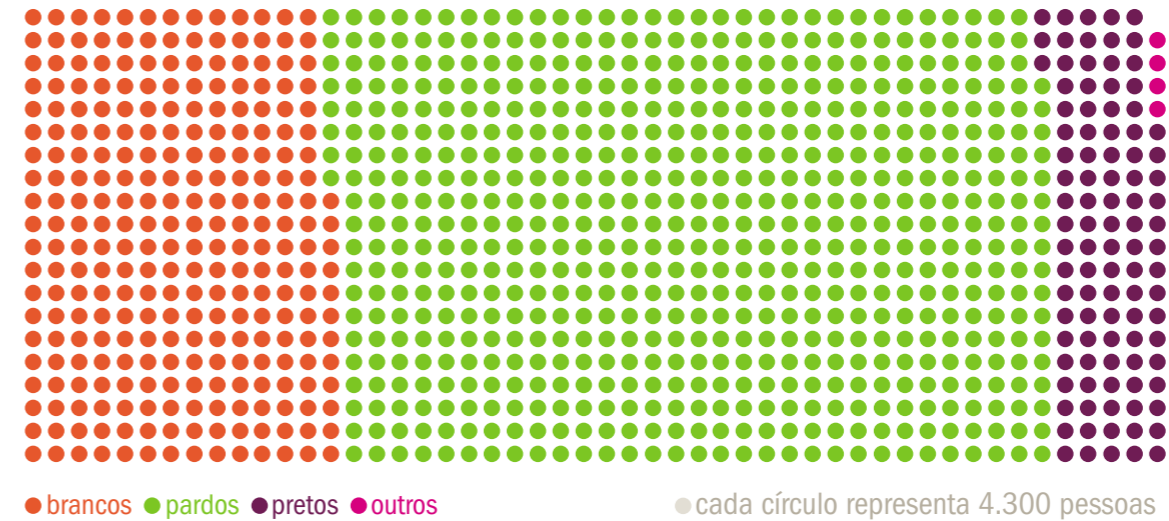
força de trabalho potencial



Andressa decidiu parar de enviar currículos há mais de dez meses.

perfil dos desalentados

PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL - 4º tri/2017



55,7%
mulheres

22%
18 a 24 anos

42,1%
fundamental
incompleto ou
equivalente

os 18, ela foi funcionária de grandes lojas do Recife e só parou de trabalhar aos 30, depois que uma das filhas nasceu. “Tive bebê, ela teve coqueluche, aquela coisa... realmente tive que sair para tomar conta dela”, lembra, apontando que o ex-marido influenciou bastante na decisão sobre a saída do emprego.

Jô ficou fora da força de trabalho até se divorciar, quando começou a procurar emprego. Atualizou o currículo e entregou em várias lojas, tentou aproveitar a experiência que já tinha no ramo, com uma atividade que ela, comunicativa, adora: lidar com o público.

Foi aí que veio a decepção: silêncio, preconceito, não. A maior desilusão foi quando recebeu a ligação do setor de recursos humanos de uma rede de lojas, mas eles só queriam

confirmar se ela, de fato, já passava dos 50 anos. “Ligaram para mim e perguntaram se eu tinha aquela idade mesmo, porque na foto eu aparentava ser mais jovem. Acharam que eu tinha errado na hora de preencher a data de nascimento”, conta. Ao confirmar a idade, nunca mais teve retorno da empresa.

Em outra situação, uma funcionária confessou que o problema era a idade dela. “Ela disse que os empregadores acham que gente da minha idade vai dar muito problema, vai ficar doente sempre, essas coisas”. Jô enviou currículos por mais ou menos um ano até que desistiu. “Vi que não tinha mais chances e parei. O problema era a idade e, a cada dia, eu vou envelhecendo, o que eu poderia fazer?”, questiona.

Até hoje, Jô se emociona ao lembrar da época em que

procurou emprego. “Eu sentia uma angústia porque era o meu trabalho, sempre gostei de vendas, sempre. De repente sou eliminada pela idade, mesmo sendo capaz, mesmo com experiência na carteira de trabalho”, lembra a vendedora que, em outros tempos, foi premiada como a melhor funcionária da loja. “Fica chato você procurar uma coisa, procurar, procurar... aí alguém vê uma foto e acha que você não tem possibilidade de ter aquele emprego”, lamenta.

Hoje, ela eventualmente ajuda a complementar a renda da casa em que vive com duas filhas fazendo trabalhos manuais e aulas. E se alguém dissesse: “olha, eu tenho uma vaga aqui...?”, indaga a repórter na entrevista. Sem pensar duas vezes e com riso largo, ela responde: “Ave Maria, eu ia correndo, ia mesmo... correndo”. ■

O IBGE de Charita Castro

A pesquisadora Charita Castro é a chefe da divisão de pesquisa e política do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, da seção de trabalho infantil, trabalho forçado e tráfico humano. E o IBGE teve um papel importante nessa carreira.

“Minha história com o IBGE começou há, mais ou menos, uns 20 anos. Nessa época, eu queria estudar o trabalho infantil e, então, comecei a procurar dissertações que tratassem do tema. Eu queria saber o que as pessoas estavam fazendo. Foi quando descobri que a doutora Deborah Levison, da Universidade do Minesota (EUA), estava estudando o trabalho infantil no Brasil, usando os dados da PNAD. E, quando vi aquilo, pensei: ‘nunca soube que governos poderiam coletar dados’. O Brasil foi um dos primeiros países a coletar esses dados através de uma instituição governamental. A PNAD foi uma inspiração para eu seguir minha carreira nessa área!” ■

texto Mônica Marli
foto Pedro Vidal



1936, um ano de muitos retratos

O Brasil tinha **38.573.914 habitantes**



A empresa Zeppelin inaugurou uma linha regular de voos para o Rio de Janeiro.

O hidroavião Sikorsky S-43 Baby Clipper, modernizava a frota da Panair do Brasil.



A cidade de São Paulo parou para assistir ao 1º Grande Prêmio de Automobilismo, uma corrida realizada nas ruas e avenidas do Jardim América.



82
anos
do IBGE

Diante de Getúlio Vargas, Macedo Soares faz discurso de posse no dia 29 de maio de 1936.



Acontecem os Jogos Olímpicos em Berlim, Alemanha, em que Jesse Owens, velocista negro norte-americano, derrubava a teoria da supremacia ariana, tão propagada pelo nazismo. Owens foi o grande medalhista do evento.

Inclusive o da **criação do IBGE**, em 29 de maio

O PIB brasileiro era de **127.957,33 milhões** (Unidade: R\$ de 2013 milhões) enquanto que, em 2013 foi de 4.844.815,08.



Foi inaugurada a maior estação rádiodifusora do país, a Rádio Nacional.

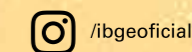
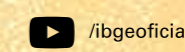
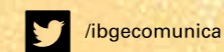
A expectativa de vida girava em torno de **35 anos** (75,5 em 2015).



Charles Chaplin lançou o filme "Tempos Modernos", que criticava a desumanização do ser humano pela máquina e a industrialização.



Há 82 anos o **IBGE retrata o Brasil** com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO





inclusão

escravidão

abolição

direitos

diversidade

racismo

preconceito

